

[A RDAI](#)[Equipe RDAI](#)[Edições](#)[Buscar](#)[Início](#) / [Arquivos](#) / [v. 1 n. 1 \(2017\)](#) / [Artigos](#)

# Contratação de advogados por Pessoas Jurídicas de Direito Público

## Hiring lawyers by Public Legal Entities

**Ricardo Marcondes Martins**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)

 <https://orcid.org/0000-0002-4161-9390>DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/01.rmm>**Palavras-chave:** Terceirização - Administração pública - Responsabilidade subsidiária - Supremo Tribunal Federal

### Resumo

A contratação de advogados por pessoas jurídicas de direito público, apesar de ardorosamente defendida pelo Conselho Federal da OAB, é, regra geral, ilícita. A atividade jurídica de entidades públicas deve ser exercida por quem seja titular de cargo público efetivo, dotado de estabilidade e imunizado da influência política e econômica. Excepcionalmente, o sistema normativo aceita a contratação. Quando for exigida a atuação de alguém notoriamente especializado e a notória especialização for fundamental para a finalidade pretendida, admite-se a contratação direta de advogado privado. Quando a atuação exigir conhecimento alheio ao concurso para o cargo de procurador ou atuação em local alheio ao da lotação, bem como quando a questão disser respeito a interesse direto dos advogados públicos, é possível a contratação de advogados privados por licitação.

**scite\_**

	0
	0
	0

## Downloads

Não há dados estatísticos.

## Biografia do Autor

**Ricardo Marcondes Martins, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo, São Paulo, Brasil)**

Doutor em Direito Administrativo pela PUC/SP. Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da PUC/SP. ricmarconde@uol.com.br

## Referências

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Terceirização no setor público: encontros e desencontros. In: FORTINI, Cristiana (coord.). Terceirização na administração: estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. Belo Horizonte, 2012.

CIANCI, Mirna; ALMEIDA, Gregório Assagra de. Direito processual do controle de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 2011.

COLOMBO FILHO, Cassio. Apresentação. Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 07-11, ago. 2010.

DAL POZZO, Augusto Neves. Aspectos Jurídicos da Permissão de Uso de Bem Público destinado à Comercialização de Alimentos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.187-206, 2016.


DAL POZZO, Augusto Neves. Breves considerações sobre o ato discricionário no regime jurídico-administrativo brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.09, p.173-190, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, M.; VALIM, R. Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC (Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 7.581/2011) Aspectos Fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.275.

DAL POZZO, Augusto Neves. FACCHINATTO, Renan Marcondes. Modificações nos regimes jurídicos das parceiras Público-Privadas e do setor educacional-Fomento aos investimentos e redução de riscos para a Iniciativa Privada. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.04, p.259-274, 2013.

DAL POZZO, Augusto Neves. José Roberto Pimenta Oliveira; BERTOCCELLI, R. P. Tratado sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Direito Brasileiro. São Paulo: Contracorrente, 2017, v.1. p.1034.

**scite\_**

	0
	0
	0

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos Tribunais de Contas e o exercício da função administrativa. Revista Internacional de Direito Público-RIDP, v.01, p.185-214, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. PARLATORE, A. C. Método de planejamento econômico-financeiro em projetos de infraestrutura. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.193-205, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. PIMENTA, J. R. Estudos sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.400.

DAL POZZO, Augusto Neves. Procedimento de Manifestação de Interesse e o planejamento estatal de infraestrutura. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.13, p.23-33, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R. R. A.; PIMENTA, J. R. Tratado sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v.1. p.819.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R.; AURELIO, B.; FREIRE, A. L. Parcerias Público-Privadas-Teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2014, v.1. p.518.

DAL POZZO, Augusto Neves. Concessão de serviço público. Diferenças entre o regime da Lei nº 8.666/93 e o da Lei nº 8.987/95. Possibilidade de superação dos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 nos contratos de concessão de serviços públicos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.279-294, 2012.

DAL POZZO, Augusto Neves. DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz; FACCHINATTO, Renan Marcondes; DAL POZZO, B. N. D. Lei Anticorrupção-Apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013. São Paulo: Contracorrente, 2014, v.1. p.240.

DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 8. ed. São Paulo: LTr, 2009.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na administração pública. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERRAZ JR., Tercio Sampaio. Teoria da norma jurídica. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009.

LACORDAIRE, Le R. P. Henri-Dominique. Conférences de Notre-Dame de Paris. Paris: Librairie de Mme Ve Poussielgue-Rusand, 1861. t. III.

MARCONDES, Ricardo Martins; SANTANO, Ana Claudia. Una lectura neoconstitucional de la teorICA del poder de poliCIa. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v.3, p.87-114, 2016.  
<http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.47575>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro. Revista Trimestral de Direito Público, v.57, p.87-110, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. Revista Trimestral de Direito Público, v.54, p.194-209, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. Interesse Público (Impresso), v.64, p.85-104, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. As normas gerais de direito urbanístico. RERE (Salvador), v.20, p.0  
2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C. REVISTA DE DI  
ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.14, p.127 -, 2014.  
<http://dx.doi.org/10.21056/aec.v14i56.96>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estágio probatório e avaliação de desempenho. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública-RBEFP, v.13, p.09-35, 2016.



MARTINS, Ricardo Marcondes. Improbidade administrativa e inversão do ônus da

MARTINS, Ricardo Marcondes. Manutenção de concessão de serviço público considerada inválida pelo Tribunal de Contas. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.2, p.269-291, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Motivação dos atos administrativos: conteúdo da motivação e consequências da motivação insuficiente-justificativa do preço na contratação direta; retroatividade da jurisprudência do Tribunal de Contas. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.7, p.227-257, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Natureza jurídica das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.167, p.48-62, 2015.

scite\_

	0
	0
	0

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-Regularidade fiscal-Invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.166, p.61-69, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-regularidade fiscal-invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. BLC (São Paulo), v.11, p.1173-1181, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da liberdade das formas no direito administrativo. Interesse Público (Impresso), v.80, p.83-124, 2013.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da Titularidade Pública das Coisas de Ninguém. Revista Trimestral de Direito Público, v.56, p.117-136, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Proporcionalidade e boa administração. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.310-338, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Prorrogações excepcionais do contrato administrativo (Parecer). REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.209-229, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, v.8, p.181-197, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Trimestral de Direito Público, v.55, p.139-155, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Sanções administrativas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC. Revista Brasileira de Infraestrutura e RBInf, v.8, p.47-88, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria das contrafações administrativas. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.16, p.115 -, 2016.




<http://dx.doi.org/10.21056/aec.v16i64.241>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria dos princípios formais. Interesse Público (Impresso), v.98, p.65-94, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Terceirização na Administração Pública: comentários sobre o RE 760.931. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura-RDAI, v.1, p.311-333, 2017.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito e justiça. In: PIRES, Luis Manuel Fonseca; MARTINS, Ricardo Marcondes. Um diálogo sobre a justiça. Belo Horizonte, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento – regularidade fiscal – invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. Fórum de contratação e gestão pública (FCGP), Belo Horizonte, ano 14, n. 166, p. 61-

scite_	
	0
	0
	0

69, out. 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regulação administrativa à luz da Constituição Federal. São Paulo: Malheiros, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria jurídica da liberdade. São Paulo: Contracorrente, 2017.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. A terceirização trabalhista no Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação pública e contrato administrativo. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SANTANA, Jair Eduardo; GUIMARÃES, Edgar. Licitação e o novo estatuto da pequena e microempresa. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

SANTOS, Diogo Palau Flores dos. Terceirização de serviços pela administração pública: estudo da responsabilidade subsidiária. São Paulo: Saraiva, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação e contrato administrativo. São Paulo: Malheiros, 1994.

SÜSSEKING, Arnaldo. Curso de direito do trabalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Da terceirização na administração pública. São Paulo: Malheiros, 2010.

scite\_

✓	0
🔍	0
?	0





Publicado  
2017-06-30

#### Como Citar

MARTINS, R. Contratação de advogados por Pessoas Jurídicas de Direito Público. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 1, n. 1, p. 113-130, 30 jun. 2017.

Fomatos de Citação

#### Edição

[v. 1 n. 1 \(2017\)](#)

#### Seção

Artigos

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da COPE - *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).

0

## ##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

- Ricardo Marcondes Martins, [Temas polêmicos da desapropriação municipal](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 4 \(2018\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Conceito de parceria público-privada à luz da Constituição](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 5 \(2018\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Princípio da colaboração e exercício da advocacia](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 2 n. 6 \(2018\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Teoria Constitucional das Empresas Estatais – 1ª Parte](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 4 n. 14 \(2020\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Teoria geral da interpretação jurídica: considerações críticas à obra de BLACK](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 1 n. 3 \(2017\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Terceirização na administração pública: comentários sobre o F 760.931](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 1 n. 1 \(2017\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Quais os limites para o uso de concursos públicos como instrumento de ações afirmativas?](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 1 n. 2 \(2017\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Aspectos controvertidos da Advocacia Pública](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 3 n. 8 \(2019\)](#).
- Ricardo Marcondes Martins, [Loteamentos urbanos à luz da Constituição Federal](#), [Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 3 n. 9 \(2019\)](#).

scite\_

✓ 0

⊗ 0

? 0

## Realização





**ibeji**

INSTITUTO  
BRASILEIRO DE  
ESTUDOS  
JURÍDICOS DA  
INFRAESTRUTURA

**scite\_**

✓	0
⊗	0
?	0

**RDAl está no Publons**

**Comente**

**Endosse**

**Avalie**

**Critique**



**PUBLONS**  
EVALUATING ACADEMIC RESEARCH

### Identificadores



Enviar Submissão

### Palavras-chave



scite_	
✓	0
⊗	0
?	0

**Base de dados****Indexador****RDAI Academia.edu****RDAI Google Acadêmico****scite\_**

	0
	0
	0

**Informações**[Para Leitores](#)[Para Autores](#)[Para Bibliotecários](#)**Idioma**[English](#)[Português \(Brasil\)](#)[Español \(España\)](#)[Deutsch](#)[Français \(Canada\)](#)

[Français \(France\)](#)[Bahasa Indonesia](#)[Українська](#)[简体中文](#)[فارسی](#)[Türkçe](#)[Português \(Portugal\)](#)[Italiano](#)[العربية](#)[Open Journal Systems](#)

Rua Gomes de Carvalho, 1510 - 9º andar - 04547-005 - Vila Olímpia - São Paulo - Telefone: +55 11 3058-7800

©2020 RDAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura.

[início](#) - [acervo](#) - [busca](#) - [contato](#) - [acesso](#) - [registro](#)

scite\_

	0
	0
	0

Platform &  
workflow by  
**OJS / PKP**